JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RECUPERAÇÃO DO ACERVO DE PROCESSOS JUDICIAIS ALAGADOS NA ENCHENTE DE MAIO DE 2024

- PROJETO -

PORTO ALEGRE, 2024

CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi assolado por fortes e prolongadas chuvas que causaram transbordamento de rios e inundações em várias regiões do estado, Porto Alegre incluída. As autoridades declararam estado de calamidade pública, mobilizando equipes de resgate e fornecendo abrigo e assistência às vítimas. Na capital, os danos também foram significativos, com muitas residências e empresas afetadas, resultando em perdas materiais e deslocamento forçado de pessoas. As inundações atingiram também a infraestrutura urbana, danificando redes de abastecimento de água e de energia elétrica, além do sistema viário e de transportes. O aeroporto da cidade encerrou operações e voos desde 04 de maio e, somente em 22 de outubro, passou a operar voos domésticos. Por igual a Rodoviária da cidade de Porto Alegre, permaneceu fechada e sem operações por mais de 45 dias.

Sem qualquer dimensão de comparação com o drama humano vivenciado, traduzido na demanda de salvamento de pessoas afetadas e arrecadação e distribuição de donativos aos atingidos, coube aos integrantes da Comissão de Gestão de Memória buscar atenção para o acervo de processos judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região armazenados no Arquivo-Geral, com base no dever constitucional de guarda e de acesso à informação ao jurisdicionado. A reforçar tal responsabilidade, também o fato de que os Arquivos Judiciários do Brasil são considerados patrimônio cultural da nação.

Em 5 de maio de 2024, as águas subiram rapidamente no bairro em que está localizado o Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, atingindo cerca de 3m de altura.

Por delegação da Presidência do Tribunal, a Comissão de Gestão de Memória do TRT da 4ª Região nomeou a juíza Anita Lübbe para coordenar a elaboração do plano de ação emergencial para a recuperação da informação contida no acervo.

Em todos os momentos, o TRT da 4ª Região, por sua Presidência, sempre ratificou o seu compromisso com a preservação de seu acervo, cientes da responsabilidade de guarda de toda a documentação, bem como da honra oriunda do reconhecimento de parte de nosso acervo pelo Programa Memória do Mundo - MoW Brasil.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DO PROJETO

Apesar das fortes chuvas ocorridas, o Arquivo-Geral não havia apresentado infiltrações de qualquer tipo até o dia 04 de maio (sábado), quando as águas do Guaíba começaram a subir. A enchente passou a alagar as ruas e rapidamente atingiu diversas regiões da cidade. No domingo, 05 de maio, não era mais possível acessar o prédio, pois as águas já haviam superado 1,5m de altura.

No mesmo dia, o Chefe da Divisão do Arquivo-Geral informou à Divisão de Gestão Documental, à Secretaria Processual e ao Memorial sobre a situação, e

estes, por conseguinte, informaram às chefias imediatas, bem como às Coordenadoras da CPAD e da CMEMO sobre a situação preocupante do acervo, que conta com cerca de 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) de processos judiciais.

Na região onde está situado o Arquivo-Geral - Rua Provenzano, nº 235 e 275, bairro Anchieta o nível da água alcançou uma altura considerável afetando cerca de 1.090 milhão de processos, dos quais, cerca de 550 mil processos fazem parte do acervo reconhecido pela Unesco por meio de seu Programa Memória do Mundo - MoW Brasil, referente aos processos ajuizados entre 1935 e 2000.

Por essas razões, de 4 de maio a 5 de junho, magistrados da Comissão de Gestão de Memória - CMEMO e da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD e servidores dos setores vinculados a essas comissões passaram a preparar um Plano de Ação, com auxílio de especialistas para propor ações interventivas para a situação, uma vez que a análise dos processos só poderia ser feita após as águas baixarem, o que ocorreu em 5 de junho, quando então foi possível acessar o local para inspeção das condições estruturais do prédio, das estantes e dos processos lá armazenados.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Salvar, com segurança e agilidade, a maior quantidade possível de processos judiciais armazenados no Arquivo-Geral do TRT4 atingidos direta ou indiretamente pela enchente de maio de 2024 em Porto Alegre, priorizando o acervo Memória do Mundo da UNESCO, MoW Brasil, e a preservação das informações e, na medida do possível, do suporte papel.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contratar profissional especializado em recuperação de acervos para realizar a intervenção sobre os processos a serem resgatados, viabilizando condições de segurança adequadas para a execução das ações;
- Classificar os processos em função do grau de exposição à enchente e de eventuais danos sofridos, com sua consequente transferência para locais apropriados às necessidades conforme o estado que se encontrava cada lote de processo;
- Secar e higienizar os processos que demandarem intervenção ativa, preservando o máximo de informações com a menor perda possível do suporte papel;
- Digitalizar, incluir em banco de dados e lançar nos devidos sistemas informatizados os processos que passarem por intervenção, armazenando-os em repositório arquivístico digital confiável - RDC-Arq.

FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Como primeira iniciativa, foi realizada reunião com integrantes da CMEMO e da CPAD. Nessa reunião, a Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova, Coordenadora da CMEMO, designou a Juíza Anita Lübbe, integrante da CMEMO, para coordenar os trabalhos de recuperação do acervo. Participaram da reunião, além das mencionadas magistradas, a Desa. Maria Madalena Telesca, Vice-Corregedora, o Des. Luiz Alberto de Vargas, integrante da CPAD, Desa. Aposentada Magda Barros Biavaschi e os servidores Mauricio Oliveira Agliardi, Chefe do Memorial, Diego Airoso da Motta, Katia Teixeira Kneipp, Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin, Juciane Speck, Renato Rios, Chefe do Arquivo Geral, Janine Scharlau Stoever, Diretora da Secretaria Processual, Marcus Piageti Ott, chefe da Divisão de Gestão Documental, Claudia Lucci da Motta, Walter Oliveira e Elton Luiz Decker.

Com base no documento “Recomendações para Acervos Danificados pela Água”, do Conselho Nacional de Arquivos, e com o auxílio de especialistas da área, passou-se à elaboração de um plano de soluções. Contudo, somente no dia 16 de maio foi possível constatar pela área externa e registrar em fotos (algumas das quais expostas abaixo), a situação do prédio do Arquivo-Geral, ainda alagado e sem possibilidade de inspeção quanto à sua estabilidade estrutural, assim como das estantes que contêm os processos.

Imagem 1: Fachada frontal do prédio do Arquivo-Geral antes e durante a enchente (montagem sobre imagem do Google Street View e foto de autoria do servidor Renato Rios)

Imagem 2: Fachada frontal do pavilhão ao lado do Arquivo-Geral, recém locado para ampliação do setor (foto de autoria do servidor Renato Rios)

Imagem 3: Interior do prédio do Arquivo-Geral, no espaço do acervo de processos judiciais (foto de autoria do servidor Renato Rios)

Imagem 4: Interior do prédio do Arquivo-Geral, destacando os lotes de processos (foto de autoria do servidor Renato Rios)

Imagem 5: Interior do prédio do Arquivo-Geral, em seus setores de apoio (foto de autoria do servidor Renato Rios)

COLABORAÇÃO DE ESPECIALISTAS

Em decorrência de conversas com diversos especialistas, em especial representantes do Arquivo Nacional, Unesco, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT e professores universitários, formou-se um grupo de trabalho reduzido, sob coordenação da Juíza Anita Lübbe, com a participação de representantes da Secretaria Processual, Divisão de Gestão Documental, Memorial e Arquivo-Geral, aos quais se somaram os professores Luiz Fernando Almeida e Eutrópio Bezerra, ambos com experiência em recuperação de acervos.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Cenários de alagamento, inclusive após sua drenagem, comportam diversos riscos à saúde dos trabalhadores, o que não é diferente no caso de salvamento e recuperação de acervos documentais. Observar práticas já consolidadas e orientações das autoridades de saúde e segurança é primordial. Em qualquer caso, agir cautelosa e preventivamente é sempre o ponto de partida para um ambiente de trabalho seguro aos agentes envolvidos. Não sendo possível evitar a exposição aos diferentes riscos inerentes ao contexto, é imprescindível que toda a equipe tenha por princípios:

a) o exercício de suas atividades SEMPRE utilizando Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;

b) acessar o local e executar as atividades APENAS durante o dia, enquanto houver luz natural, a fim de se evitar a exposição a riscos de qualquer tipo não visíveis ordinariamente e mesmo sob luz artificial.

Assim, foram elencados os riscos mais comuns associados ao tratamento de acervos atingidos por enchentes, assim como demandas estruturantes e orientações básicas para evitar e mitigar esses riscos.

RISCOS ESTRUTURAIS

Como primeira iniciativa, o grupo de trabalho alertou ser fundamental a verificação da integridade estrutural do prédio, bem como das estantes que armazenam os processos. Assim, solicitou à Presidência do TRT4 a inspeção por profissionais habilitados tecnicamente com a participação do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, para avaliar os seguintes aspectos:

a) Segurança no acesso ao prédio;
b) Segurança quanto à estabilidade das estantes e recomposição das estruturas que eventualmente tenham sofrido danos;
c) Adoção de um sistema de travamento ou entroncamento entre as estantes, como forma de possibilitar o trabalho das equipes que irão realizar a movimentação dos processos danificados;

d) Avaliação da possibilidade de retirar os processos das prateleiras mais baixas das estantes, deixando os processos das prateleiras mais altas, sem comprometer a estabilidade dessas estruturas. Observando-se neste aspecto, que usualmente as diretrizes técnicas para a movimentação dos processos indicam retirar-se primeiramente os volumes das prateleiras mais altas, para não comprometer a estabilidade das estantes.
e) Realização de visita conjunta de engenheiros do TRT e de representantes do Corpo de Bombeiros para inspecionar o prédio;
f) Revisão de toda a instalação elétrica e restabelecimento dos equipamentos de rede, dos equipamentos de alarme contra incêndio e dos equipamentos de segurança.
g) Abertura de passagem do Arquivo Geral para o pavilhão lindeiro recém alugado, com rampa para possibilitar o transporte de processos, bem como adequações desse prédio para o trabalho de recuperação de processos.

RISCOS BIOLÓGICOS

Desde o primeiro ingresso no prédio e os primeiros contatos com o acervo, foi imprescindível ter em conta a prevenção e mitigação de riscos biológicos. A água de enchente carrega consigo sujeira e fontes de contaminação, exigindo cuidados rigorosos das equipes de trabalho para evitar a exposição a doenças diversas (como infecções de pele, leptospirose, gastroenterites, hepatite A, toxoplasmose, tétano etc) e o contato com animais peçonhentos e outros agentes insalubres.

Em reunião com a Secretaria de Saúde, no dia 20/05/2024, foi enfatizado pela médica do trabalho, a aplicação da vacina antitetânica, bem como ratificadas as recomendações a seguir às equipes de trabalho aos seguintes procedimentos:

a) evitar o contato direto, sem proteção (de EPIs ou outros dispositivos),
b) com a água da enchente, sobretudo em caso de ter feridas na pele (referidas como portas de entrada) - a proteção deve ser feita preferencialmente por meio de EPIs (as mãos, em último caso, podem ser protegidas até mesmo com sacolas plásticas sem furos e bem amarradas);
c) lavar as mãos sempre que viável, com água e detergente neutro ou qualquer outro agente bactericida;
d) caso haja contato direto e prolongado com água/resíduos de inundação, utilizar sabonete para sarna e procurar orientação médica, preferencialmente do próprio Tribunal, quanto à necessidade de vacinação - em especial no que se refere às vacinas antirrábica, antitetânica, febre amarela, para influenza, tríplice viral e hepatite A;
e) ficar atento à ocorrência de sintomas que podem indicar infecções relacionadas ao contato com água da enchente, como dores no corpo,

na cabeça, febre, enjoo, vômito e diarreia, assim como manchas, coceiras ou quaisquer alergias na pele.

f) observar atentamente a existência de animais peçonhentos como cobras, aranhas ou escorpiões, além de ratos e outros animais vetores de doenças, com especial atenção a locais com pouca visibilidade (como dentro, embaixo ou atrás de móveis em geral) e que contenham lixo e entulho;
g) vedar locais que possam servir de entrada para esses animais, como ralos e caixas de inspeção;
h) caso haja acidentes envolvendo esses animais, não fazer torniquete e lavar a parte do corpo atingida com água e sabão, mantendo-a mais elevada do que o restante do corpo e, ato contínuo, buscando orientações do Centro de Informações Toxicológicas do Rio Grande do Sul (CIT/RS) pelo telefone 0800 721 3000 (atendimento 24 horas);e ainda, o encaminhamento ao hospital ou serviço de emergência mais próximo ao local onde estão sendo realizados os trabalhos;
i) utilizar EPIs, em especial botas de borracha ou sapatos fechados, calça comprida e luvas;
j) caso haja ocorrências envolvendo riscos biológicos, comunicar o Serviço de Saúde do Tribunal, que prestará as devidas orientações e encaminhamentos.

Imediatamente após à liberação técnica do espaço do Arquivo Geral, o local teve sua VENTILAÇÃO NATURAL facilitada, com a abertura pelo maior tempo possível de portas e janelas, a fim de minimizar os efeitos do acúmulo de água sem aeração na proliferação de mofo inclusive nos processos não submersos.

Na sequência, o prédio passou por LIMPEZA e DESINFECÇÃO, a fim de minimizar os riscos biológicos.

RISCOS FÍSICOS

Entre os principais riscos presentes em locais alagados, estão os relacionados à energia elétrica. Obter a liberação técnica para ingressar e permanecer com segurança no espaço de trabalho foi requisito básico para iniciar as atividades de limpeza e desinfecção do local e o tratamento do acervo documental.

a) utilizar equipamentos de proteção ao circular pelo local, em especial botas de borracha e, quando o caso, luvas isolantes e óculos de proteção;
b) observar a presença e evitar o contato com fiação elétrica aparente, sem proteção (fios desencapados) e molhados, assim como dispositivos com ruídos a indicar mal contato ou curto-circuito, como interruptores, tomadas, disjuntores, lâmpadas, equipamentos elétricos etc.;

c) evitar contato com veículos e outros dispositivos que tenham ficado submersos e que contenham baterias, redobrando atenção a eventual vazamento de ácido nesses equipamentos.
d) desenergizar áreas em que haja suspeita de mal funcionamento elétrico e procurar auxílio técnico;
e) caso haja ocorrências envolvendo riscos físicos, comunicar o Serviço de Saúde do Tribunal, que prestará as devidas orientações e encaminhamentos.

COMUNICAÇÕES

De imediato, o grupo de trabalho formalizou a comunicação à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, bem como sugeriu a expedição de ofício à Unesco, em razão de parte do acervo alagado ser reconhecido como Memória do Mundo, Program MoW-Brasil (Memory of the world- Brasil) e ao Arquivo Nacional.

Também foram expedidos ofícios pela Presidência do TRT da 4ª Região às seguintes entidades, por sua importância na área de preservação de arquivos e de memória, na área do conhecimento e da pesquisa, por manterem relações institucionais com o Tribunal quanto à descentralização de seu acervo e por serem órgãos superiores da Justiça:

a) Unesco
b) Arquivo Nacional
c) Conselho Nacional de Justiça - CNJ
d) Conselho Superior de Justiça do Trabalho - CSJT
e) Tribunal Superior do Trabalho - TST
f) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
g) Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM
h) Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS
i) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
j) Pontifícia Universidade Católica - PUC
k) Universidade Luterana do Brasil - ULBRA
l) Faculdades Porto-Alegrense - FAPA
m) Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
n) Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
o) Universidade de Passo Fundo - UPF

IDENTIFICAÇÃO DOS INSUMOS NECESSÁRIOS

Mesmo antes da real identificação dos danos, já foi possível prever alguns materiais que seriam necessários para o início dos trabalhos:

a) EPIs - botas, máscaras (inclusive para vapores orgânicos), luvas de couro, luvas de látex (não aquelas utilizadas para limpeza), macacão sanitário, óculos de proteção, propés, jalecos de TNT
b) Ventiladores grandes - para aeração do local e auxiliar na secagem do ambiente, evitando mais acúmulo de mofo nos processos
c) produtos químicos para limpeza do local (lista basica informada ao final)
d) Desumidificadores capazes de baixar a umidade dos depósitos para abaixo de 40% com vazão mínima de 150m3/h ou em número equivalente de outros modelos de acordo com a vazão indicada.
e) Plaquetas de identificação de lotes;
f) Etiquetas autocolantes para identificação;
g) Rolos de cordinha para amarração dos lotes;
h) Resmas de papel;
i) Estações de trabalho com cadeiras;
j) Armários fechados;
k) Geladeiras;
l) Micro-ondas;
m) Mesa para cozinha com 6 cadeiras;
n) Plataformas elevatórias tipo tesoura;
o) Caixas vazadas para transporte dos lotes molhados (100)

ETAPAS DE TRABALHO

1) IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS SUBMERSOS E NÃO SUBMERSOS

No dia 5 de junho de 2024, 30 dias após a inundação, foi possível acessar o prédio do Arquivo Geral. Neste mesmo dia, os servidores do Memorial, do Arquivo Geral e da SEMPRO puderam entrar no espaço para verificar as condições do ambiente e identificar possíveis alterações necessárias no plano de ação feito anteriormente.

Cruzando as informações obtidas nos sistemas informatizados com planilhas de localização dos processos, foi possível quantificar o número de processos atingidos, bom como aqueles integrantes do conjunto documental reconhecido pela Unesco como Memória do Mundo (MoW-Brasil)

A unidade de engenharia do TRT da 4ª Região contratou engenheiro estrutural para atestar a segurança do prédio e das estantes. Assim, no dia 13 de junho de 2024, foi possível iniciar os trabalhos de resgate dos processos com a devida segurança.

2) CLASSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS EM FUNÇÃO DE SEU GRAU DE EXPOSIÇÃO À ÁGUA

Após a identificação via sistema dos processos submersos e não submersos, foi fundamental agrupá-los em função do estado efetivo em que se encontram. Com isso, foi possível direcionar as ações necessárias para tratá-los e otimizar o emprego de insumos e mão de obra.

As atividades iniciaram pelos processos que haviam se deslocado das estantes e encontravam-se caídos nos corredores do Arquivo Geral. Mais de cinco mil lotes estavam nessa condição, isto é, aproximadamente cinquenta mil processos.

O TRT da 4ª região contratou o professor Eutrópio Bezerra para analisar a documentação atingida, bem como capacitar os servidores para os procedimentos emergenciais de resgate. Esse contrato perdurará por 1 (um) ano, com a orientação presencial e constante do professor Eutrópio Bezerra.

A seguir, os processos que se encontravam no chão do Arquivo Geral foram retirados para o Pavilhão C, que se encontrava vazio, a fim de serem analisados e tratados.

Após análise da documentação pelo profissional contratado, que esteve no local desde o dia 13 de junho, foi elaborado o Manual Técnico Emergencial para a Preservação e Conservação dos Processos Alagados pela Enchente de 2024. Nele foram previstos os principais procedimentos a serem adotados:

Procedimento	Técnica
Identificação do estado físico do documento	Diagnóstico da massa documental.
Organização do Laboratório	A estruturação do Laboratório possibilitará um bom desempenho das atividades de conservação preventiva nas atividades de intervenção
Documentação fotográfica	Realização dos serviços de fotografia para registro da situação das peças. Registra o estado de conservação do acervo detalhando as características da sua estrutura.
Mapeamento	Planejamento estratégico para retirada dos lotes de processos de acordo com o sistema de controle de localização dos processos utilizado pelo arquivo.

Retirada dos volumes	Retirada dos volumes das estantes sendo realizado sob a supervisão da equipe executora dos trabalhos.
Higienização por sucção	Após o mapeamento, os lotes de processos serão submetidos ao procedimento de higienização por sucção antes de serem transferido para o laboratório.
Higienização por varredura	Todos os documentos avulsos passarão pelo processo de varredura (mecânica com trincha) observando o estado de conservação.
Transporte do acervo higienizado	Após a higienização e identificação sumária de todos os lotes de processos, o mesmo será adequadamente transferido para as instalações do pavilhão B.

<table>
<tr><td colspan="2"> </td></tr>
<tr><td>Tratamento aquoso</td><td>Jato de água com ducha higiênica e proteção do documento com tela plástica para não danificar as folhas. Realizar atentamente a retirada do material orgânico e inorgânico depositado na massa documental</td></tr>
<tr><td colspan="2"> </td></tr>
<tr><td>Desinfecção</td><td>Mergulho completo dos lotes já lavados em solução de vinagre + água + bicarbonato de sódio (5l vinagre→2,5l H2O→100g bicarbonato de sódio)</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2"> </td></tr>
<tr><td>Secagem preliminar</td><td>Os lotes lavados e desinfectados são colocados na posição horizontal sobre papel absorvente no chão.</td></tr>
<tr><td colspan="2"> </td></tr>
<tr><td>Desmontagem dos lotes</td><td>Identificação e separação dos volumes/processos;
Cortar os barbantes;
Retirar capilha plástica, quando for o caso, cortando-a com bisturi.
Passar rolo com proteção de lâmina plástica resistente transparente para eliminar o excesso de água;</td></tr>
</table>

Secagem por entrefolhamento	Para a separação das folhas molhadas, utiliza-se lâmina de plástico sobre a folha com o auxílio do bisturi. Colocar papel absorvente entre as folhas separadas e capa com identificação do processo constando número, volume e lote.
Secagem no varal com desumidificador e ventilação forçada (ventilador)	Para a proteção do centro do caderno do processo, utiliza-se uma cartela de cartolina de 20 cm ou papel similar resistente para o cordão do varal não danificar o volume.
Planificação	Retirar as entretelas antes de levar os volumes para a prensa.

Organização dos lotes	Conferir a sequência dos volumes de um mesmo processo antes de enviá-los ao setor de digitalização.

A partir do fluxo de trabalho definido, o TRT da 4ª Região passou a acelerar o ritmo da produção com a contratação de 12 postos de trabalhadores terceirizados para o tratamento aquoso e desinfecção, 3 postos de trabalhadores responsáveis pela logística dos processos e 17 postos de trabalhadores responsáveis pela higienização, desfolhamento e digitalização dos processos.

No decorrer dos quase 6 meses (no próximo dia 13 de dezembro), os trabalhos foram sendo aprimorados levando-se em consideração a degradação dos processos à medida que o tempo agia sobre o papel.

Ainda em julho de 2024, a Administração do TRT da 4ª Região instituiu o GAPE - Gestão de Acervos Pós-Enchente, que, sob a Coordenação da servidora Carolina da Silva Ferreira, passou a agilizar e orientar o andamento das demandas relacionadas ao resgate dos processos, reunindo todas as unidades envolvidas direta ou indiretamente no projeto.

Esse grupo, com a Coordenação Geral das magistradas Rosane Serafini Casa Nova e Anita Lübbe, prosseguiu na implementação de aquisições, estratégias, realocação e contratação de mais força de trabalho.

A partir de dezembro de 2024, mais 18 trabalhadores terceirizados foram integrados à equipe, que passou a contar com 50 terceirizados, 4 servidores do Arquivo Geral, 5 servidores do Memorial em atenção prioritária para o resgate dos processos.

Em novembro de 2024, o TRT da 4ª Região contratou a professora Gertrudes Corção, microbiologista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para testar os diversos tratamentos a que eram submetidos os processos, a fim de verificar quais deles apresentavam os melhores resultados.

Os laudos apresentados pela professora demonstram que o tratamento vem reduzindo os índices de contaminação a níveis normais a qualquer arquivo, traduzindo segurança para os servidores e terceirizados que participam ativamente do projeto.

DO NOVO ESPAÇO PARA O ARQUIVO GERAL

Paralelamente a todo o esforço de resgate, o GAPE vem atuando para localizar um novo espaço que comporte todos os processos físicos arquivados. Vários critérios foram estabelecidos para reduzir substancialmente o risco de novas catástrofes.

Está previsto a realização de um chamamento público para que imóveis que cumpram as exigências necessárias para abrigar o Arquivo Geral sejam oferecidos

ao Tribunal. A partir dessa nova locação, os processos não atingidos serão acondicionados, juntamente com os demais processos a medida que forem sendo recuperados.

As atividades de lavagem e desinfecção estão previstas serem concluídas em meados de 2025. O trabalho de recuperação total dos processos, isto é, incluindo a digitalização, durará alguns anos, mas a preciosa informação contida nos autos será preservada e disponibilizada à toda a sociedade.

QUALIDADE E METODOLOGIA

No momento em que as águas atingiram os processos, a administração do TRT da 4ª Região delegou à Comissão de Gestão de Memória - CMEMO a análise das ações a serem tomadas para minimizar os danos ocorridos. Ainda que a CMEMO coordenasse as ações, é importante ressaltar que diversas unidades do Tribunal concentraram esforços para o bom andamento da ação, a saber:

Memorial	Coordenação das atividades, elaboração do plano de ação, execução das atividades e aquisição de insumos e bens.
Secretaria Processual | Divisão de Gestão Documental	Elaboração do plano de ação e aquisição de insumos e bens
Arquivo Geral	Elaboração do plano de ação, execução das atividades e aquisição de insumos e bens.
Secretaria de Engenharia e Projetos - SEMPRO	Contratação de engenheiro estrutural, adequações na rede elétrica, hidráulica e de esgotos, além das reformas necessárias para as salas de higienização
Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC	Compra de equipamentos de informática, suporte e adequações em sistemas existentes
Diretoria-Geral	Apoio direto e de suas unidades vinculadas a todas as ações propostas no plano de recuperação.
Secretaria-Geral da Presidência	Coordenação Geral do Projeto, conectando todas as áreas envolvidas, por meio do projeto Gestão de Acervo pós-Enchente.

Além da cooperação entre as unidades do TRT da 4ª Região, destacam-se também os apoios recebidos de outras instituições, em especial a UNESCO, o Arquivo Nacional, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça.

Registra-se a visita presencial do Conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Coordenador do Proname, do CNJ, ocorrida em 08 de agosto de 2024, que visitou o Arquivo Geral do TRT4 e os arquivos do TJMRS, TRERS, do TRF4 e do TJRS, concluindo a visita com uma reunião de representantes de todos os Tribunais com o Conselheiro Alexandre, recepcionados pelo Presidente Ricardo Martins Costa, na sede do TRT da 4ª Região.

Em razão da agilidade no início das ações, o TRT da 4ª Região passou a receber visita de outras instituições, com o intuito de replicar as atividades em seus acervos. Foram recebidos o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, além de museus não pertencentes ao Poder Judiciário.

ALCANCE SOCIAL

Os processos trabalhistas arquivados são importante acervo cultural arquivísitico, seja pela sua capacidade de, como fonte primária, ressignificar fatos históricos, trazer à luz fatos não registrados em outros instrumentos e mesmo retratar a evolução do mundo do trabalho e do mundo do direito.

Somente esse caráter social já bastaria para revestir essa documentação de relevância histórica e acadêmica, mas para além disso, os processos trabalhistas arquivados ainda são revestidos, muitas vezes, do valor primário, pois servem de prova para outras ações específicas, principalmente previdenciárias.

O projeto priorizou também o atendimento de partes e advogados que solicitam desarquivamento de processos para comprovação de recolhimentos previdenciários, tempo de serviço, pedidos de aposentadoria, condições insalubres e outros direitos que lhe foram reconhecidos. Observe-se que em média são recebidos 100 (cem) pedidos de vista/desarquivamento por semana e mesmo com os prejuízos provocados pela enchente, essa demanda já está regularizada em aproximadamente 80%.

Além disso, esse projeto vem resultando em um expressivo número de processos digitalizados e disponibilizados para a comunidade acadêmica.

Por fim, não se pode olvidar o caráter social da contratação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos para o processo de higienização e digitalização dos processos atingidos. Ao todo, serão 49 surdos e 4 supervisoras/intérpretes contratados para essa atividade, revelando também, o cunho social do projeto.

INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE

O acervo de processos trabalhistas físicos arquivados no Arquivo Geral ultrapassa a monta de 2,5 milhões. Desse total, 1,09 milhão de processos foram atingidos pelas águas. Ainda durante a inundação, foram feitos orçamentos para verificar a viabilidade de terceirizar essa atividade, mas além das dificuldades de encontrar empresas com capacidade de aceitar essa expressiva quantidade de processos, os poucos orçamentos recebidos chegavam na casa de 15 milhões de reais, sem incluir a atividade de digitalização dos processos, mas tão-somente a sua recuperação.

O grupo de trabalho optou pela contratação do professor Eutrópio Bezerra, conforme já referido supra, a fim de capacitar os servidores do Arquivo Geral e do Memorial para realizarem as ações necessárias.

Superando dificuldades de prazos de entrega, dado que a maioria das empresas não estavam fazendo transporte para o Rio Grande do Sul, em decorrência do estado das estradas afetadas pelos temporais, o professor contratado, com o auxílio dos servidores, utilizaram e adaptaram materiais existentes, como por exemplo mesas higienizadoras, conforme figura abaixo, enquanto as mesas higienizadoras não são entregues.

A falta de insumos como bisturis foi suprida com extratores de grampo prensados ou espátulas culinárias. Foram ainda utilizados esponjas automotivas, isopores desinfectados e outros improvisos que possibilitaram o início dos trabalhos com a urgência que a situação demandava.

Também é digno de nota a criatividade dos servidores nas sugestões de melhorias do fluxo de trabalho, pois como o próprio professor Eutrópio Bezerra informou desde o início, cada enchente é um caso diferente. Assim, a partir de constatações empíricas, o fluxo do tratamento foi invertido e a secagem em varal foi antecipada ao desfolhamento, com isso, o fluxo possibilitou a digitalização dos processos ao mesmo tempo em que se fazia o desfolhamento com a utilização de scanners planetários.

Da mesma forma, enquanto os sopradores térmicos não eram entregues, a equipe de servidores levou secadores de cabelo de suas casas para agilizar o desfolhamento e a secagem dos processos.

RESULTADOS OBTIDOS:

No início dos trabalhos, em junho de 2024, apenas 5 servidores se revezavam para atuar no fluxo de trabalho. A partir de agosto de 2024, trabalhadores terceirizados foram sendo gradativamente agregados à equipe, ampliando os resultados alcançados.

Atualmente, decorridos quase 6 meses do início dos trabalhos (13/06), já foi possível desinfectar 10% do acervo atingido, isto é, cerca de cem mil processos físicos. Além disso, mais de 4 mil processos já passaram por todo o tratamento, até a digitalização.

Os processos que estão sendo digitalizados serão descritos arquivisticamente no sistema AtoM do Memorial da Justiça do Trabalho, disponível em https://atom.trt4.jus.br/atom, por meio do sistema Validapres, software que está em fase final de concepção para armazenamento em repositório digital arquivístico confiável - RDC-ARQ de processos físicos digitalizados.

Após o tratamento, como já mencionado anteriormente, os processos serão encaminhados para um novo prédio do Arquivo Geral, com condições físicas e ambientais adequadas.

É importante destacar que o acervo de guarda permanente já estava, em grande parte, no Memorial da Justiça do Trabalho. Todavia, a sua transferência era gradual, de acordo com a capacidade e força de trabalho disponível. O prédio do Memorial, localizado na Rua Gen. João Telles, 369, Bom Fim, Porto Alegre, não foi atingido pela inundação, o que preservou cerca de 300 mil processos de guarda permanente nos suportes físico, microfilmados e/ou digitalizados, bem como está sendo utilizado para receber o maior número possível de processos higienizados oriundos do Arquivo Geral.